

## A APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS EM MANUAIS DE GEOGRAFIA

Maria Fernanda Alegria<sup>1</sup>

A palavra território é usada com múltiplos sentidos e por diversas ciências, além da Geografia. No sentido comum, o termo pode referir uma porção de espaço, não necessariamente bem delimitado e identificado, apropriado por pessoas ou animais. Pode também ser usado como metáfora: o “território do geógrafo”, remetendo à divisão académica do trabalho, o “território da imaginação”, para simbolizar um terreno psicológico, etc. O sentido polissémico da palavra é evidente, o que tem levado a utilizações confusas, mesmo no meio científico.

Com origem latina, a palavra era já usada no século XIV, embora o seu uso se tivesse generalizado na época moderna, com um sentido político e jurídico ao qual se podem associar três ideias: a de dominação, ou possessão, ligada a um *poder* juridicamente legitimado, seja de um senhor, de um rei, ou dos diferentes órgãos de um Estado moderno; a de *área* controlada e a de *limites* materializados por uma fronteira, não necessariamente de um Estado. Sendo estas noções familiares ao geógrafo, é compreensível que ele se tenha também apropriado da palavra, associando-a quer a aspectos administrativos, quer ao planeamento do território. O uso com este sentido multiplicou-se em teses e publicações relativas a estes domínios, a partir da década de 1970.

O conceito de território e o do seu derivado territorialidade tem relações estreitas com os etólogos, quando eles começaram a investigar na década de 1920 o comportamento dos animais no seu meio natural, e não apenas em laboratório. Do estudo de indivíduos isolados em ambiente artificial, passaram a analisar as condutas das sociedades animais no que se refere a área de ocupação, limites, apropriação. Este tipo de estudos está, portanto, ligado ao território, mas não se refere especificamente ao conceito de território e ao de territorialidade. As ideias que estas palavras sugerem transitaram, assim, da ciência jurídica, a *sistema de comportamento* com contornos

---

<sup>1</sup> Investigadora do Centro de Estudos Geográficos e Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Av. Berna 26 C, 1069-061 LISBOA, T: 21 793 35 19; Fax: 21 797 77 59; e-mail: mfalegria@netcabo.pt

bastante fluidos: Quais as distâncias entre indivíduos? Que processos de dominação e uso são utilizados? Que hierarquias sociais podem ser detectadas?

## O CONCEITO DE TERRITÓRIO EM GEOGRAFIA

As preocupações de natureza comportamental dos etólogos foram rapidamente transferidas para outras ciências como a Antropologia, a Psicologia e a Sociologia, que consideram a territorialidade não só apanágio dos animais como do homem. Em Geografia, o termo mantém uma tripla filiação: *jurídica*, ligada à organização administrativa, *sócio-económica*, relativa ao planeamento territorial e, enfim, *comportamental*, inspirada na Etologia.

Segundo Merenne-Schoumaker (2002), o território em Geografia é uma noção que remete para uma porção de espaço concreto, e não para um espaço geométrico teórico. Ou seja, há que distinguir entre “território” e “espaço geográfico”. Enquanto este conceito está fortemente ligado à Nova Geografia e aos modelos matemáticos e estatísticos de análise espacial, desenvolvidos nos anos de 1950 e 60, com o objectivo de evidenciar estruturas e processos de organização espacial relativamente regulares e gerais, o território tem o sentido de identidade e de apropriação de um espaço, com uma determinada localização, situação, dimensão, forma, aspecto físico, propriedades e aptidões. Estas características interessam em si mas, sobretudo, pela utilização que o homem delas faz.

Dizer que o território é uma noção concreta não significa que as suas qualidades sejam apenas materiais; à análise territorial interessa também aquilo que a sociedade comporta de “ideal”, de representações, de sentimentos de pertença, de comportamentos individuais e colectivos. Todo o território se refere a um espaço com uma dada organização e história. Ele é, simultaneamente, o produto de um processo de apropriação de um grupo social e o quadro do seu funcionamento, pelo que comporta uma dimensão material e cultural, um sentido objectivo e também subjectivo.

Se bem que o termo esteja muitas vezes associado ao quadro natural de um dado espaço, e frequentemente ao de um Estado, esta perspectiva é limitativa. Nem o conceito de território se circunscreve a aspectos naturais, nem o espaço de um Estado coincide com o de Nação, além de que o território pode ser supra-nacional (a comunidade europeia, por exemplo) ou respeitar espaços de qualquer outra dimensão e escala.

Marivonne Le Berre (1994: 622) apresenta a seguinte definição de território: porção da superfície terrestre apropriada por um grupo social com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a satisfação das suas necessidades.

Desta definição podem extrair-se algumas ilações:

- a) O território é um pedaço mais ou menos extenso da superfície terrestre, com uma dada localização e características naturais que lhe conferem certa especificidade, devida à posição em latitude e longitude, ao clima, à distribuição de terras e mares, relevo, solo, distância a outros lugares, etc.;
- b) Qualquer território resulta de um processo de apropriação de um dado pedaço da terra pelos grupos que o habitam. Essa apropriação pode ficar marcada por lutas mais ou menos violentas com outros grupos sociais que reivindicam direitos sobre o mesmo território. Pode resultar de um processo histórico de descoberta e ocupação, de que resultam certas áreas de extensão delimitada, apropriadas pelos habitantes;
- c) A manutenção do território exige certos tipos de intervenção, de organização territorial, que pode ser entendida como o conjunto de acções de um grupo social, com o objectivo de manter alguma estabilidade e conseguir um uso perdurable do espaço que ocupa;
- d) Cada geração herda territórios específicos que organiza de acordo com determinadas práticas territoriais, necessidades, intenções; o território não é estático e imutável.

## **PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DO TERRITÓRIO**

O território, qualquer que ele seja, pode ser analisado através de perspectivas diferentes. Consideremos as seguintes: como entidade territorial; como materialidade natural e como organização social.

**Entidade territorial.** O território é uma entidade identificável por um nome. Esse nome, essa designação, permite não só distingui-lo de outros, como permitir um sentido de apropriação aos que utilizam esse espaço e se identificam com ele como uma unidade. Enquanto cidadão de um Estado, com um dado espaço geográfico reconhecível

por um nome, posso identificar-me com o seu território; enquanto membro e utilizador dos serviços de uma multinacional, mesmo que tenha nome, dificilmente me identifico com ela como um território, embora qualquer multinacional ocupe porções específicas da superfície terrestre.

**Materialidade natural.** Qualquer território possui propriedades físicas específicas, algumas das quais, mas não todas, podem ser observadas na paisagem. Essas características estão ligadas à localização, relacionada também com a forma, a distância, a dimensão, e ainda ligadas a aspectos geográficos físicos como o relevo, o clima, o solo, a vegetação, etc. Essas condições “naturais” podem ser usadas socialmente de maneiras distintas, de acordo com as possibilidades técnicas, económicas, políticas e culturais de apropriação dos elementos naturais, o que nos remete para a terceira faceta.

**Organização social.** Compreender as configurações territoriais não significa apenas identificá-las e analisar os seus aspectos morfológicos. O território tem uma determinada organização, uma forma de funcionar, pelo exercício da territorialidade. Compreender esse funcionamento significa analisar aspectos visíveis, mas também processos de decisão, graus de coesão, formas de relações entre pessoas ou entre colectividades, memórias reais ou apenas supostamente vividas. Significa, portanto, lidar com a materialidade, com o que é objectivo, persistente e observável mas também com o que é imaterial, subjectivo, afectivo, instável, mutável. “Tout ce qui touche à l’homme est frappé de contingence », dizia Vidal de la Balche.

O território é uma entidade real, vivida de maneira específica por quem o habita. Podem elaborar-se mapas do espaço físico euclidiano, mas cada um de nós pode construir o seu próprio mapa mental, a partir da sua memória territorial. Todavia, nada se constrói sobre o vazio e o desconhecido, a não ser, porventura, o medo.

## O TERRITÓRIO NACIONAL EM MANUAIS DE GEOGRAFIA

Vamos de seguida mostrar como é feita a apresentação do território português em manuais de Geografia do 10.º ano de escolaridade. Escolhemos este ano porque, como se sabe, a Geografia de Portugal é leccionada no 10.º e no 11.º ano de escolaridade, sendo no primeiro deles introduzida a ideia de território e apresentado o programa. Como os capítulos sobre Planeamento deixaram de figurar no programa

destes anos, a partir do ano lectivo de 2003/2004, é apenas sobre o início do programa que a análise incide.

Não sendo nosso propósito estabelecer comparações entre manuais de ensino secundário e outros, destinados aos universitários ou ao público em geral curioso da Geografia do País vamos, ainda assim, servir-nos de um pequeno livro de Geografia não destinado especificamente a qualquer grau de ensino para vermos como aí é apresentado o território de Portugal.

Logo no início do livro *Portugal geográfico*, S. Daveau (1995:10) sob o título “O território nacional”, escreve o seguinte: “A dimensão planetária, com a qual os homens se encontram hoje diariamente confrontados, não fez, no entanto, perder validade à noção de Estado ou de Nação. Pelo contrário, parece que, levados nos redemoinhos de uma evolução mundial acelerada das sociedades, os homens se agarram cada vez com mais força às suas raízes e tradições diferenciadas. Por isso, o estudo geográfico de um conjunto nacional é tão indispensável hoje, como sempre foi.”

Mais à frente, S. Daveau (1995: 93) na parte III “Diversidade e organização do território”, explica que “Nas duas primeiras partes deste livro, situou-se e individualizou-se Portugal em relação ao globo e aos espaços circundantes. Vai agora ser apresentado na sua diversidade interna [analisando também] os factores de coesão inter-regional, quer sejam de complementaridade quer de dependência. A própria diversidade interna do País terá sido, no passado, e continuará a ser, hoje, um factor eficaz de unidade nacional?”

Registe-se que a apresentação do território nestas poucas linhas o situa numa escala planetária, apesar de se reconhecer a força das noções de Estado e de Nação e a intensidade das relações do homem com esse espaço. Note-se ainda que o território é uma entidade que é localizada e individualizada, sem que isso baste para o apresentar. É necessário tomar em conta o passado para se compreender o presente, o que permite interrogarmo-nos com fundamento sobre a intensidade da sua coesão interna.

E nos manuais escolares que características do território são valorizadas? Partindo de uma amostra de 6 manuais, escolhidos ao acaso, analisemos a síntese apresentada no quadro 1. A classificação utilizada contém as seguintes categorias: o território nacional é identificável (1. tem nome e localização) possui certas características físicas (2. dimensão e forma), e divisões administrativas e estatísticas (3.).

Quadro 1 – Termos e conceitos associados às palavras “território” e “territorial” no tema introdutório de 6 manuais de Geografia de Portugal do 10.º ano (ver bibliografia e anexo)

Termos e conceitos associados	Total de referências	%
1. Identificação e localização	12	17,4
2. Dimensão e forma	9	13,0
3. Divisões administrativas e estatísticas (Distritos 6; Concelhos 2; Freguesias 1; C.C.R. 1; Regiões Autónomas 9; Em geral 4; NUT's 14)	37	53,6
4. Definição de “território”	3	4,3
5. Planeamento e gestão	7	10,0
6. Espaço de pertença	1	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100,0</b>

São três as categorias que não se enquadram nestes três conjuntos: a definição de território (4.), o seu planeamento e gestão (5.) e o território como espaço de pertença (6.). Vejamos as 3 menções dos manuais no que toca à definição:

- “**Território** – unidade espacial na qual se situam as comunidades humanas e físicas.” Ainda que não tenhamos intenção de comentar cada uma das frases, registemos a pergunta: o que se entenderá por “comunidades físicas”?

– “Região autónoma – **território** com um sistema de organização política, que possui liberdade para se governar pelas suas próprias leis, excepto em áreas como a defesa, os negócios estrangeiros ou a política monetária.”

– “Distrito – Divisão **territorial** com fins administrativos de extensão variável, delimitada com base em diferentes critérios, consoante os estados onde é adoptada. Portugal é constituído (no seu **território** continental) por 18 distritos.”

Como vemos, uma das definições remete para região autónoma, outra para distrito e apenas uma, muito vaga e incorrecta, para o território como conceito geral.

Quanto às 7 menções ao planeamento e gestão do território elas são bastante anódinas, o que pode ser explicado pelo facto de não se estar a tratar concretamente deste tema, o qual, como se disse, deixou de figurar nos programas de Geografia do ensino secundário. Eis três exemplos:

– “Este facto [a desigual dimensão dos distritos] cria naturalmente dificuldades ao nível da própria gestão destes **territórios**.”

– “Ao nível local existe ainda a NUT III (...) imprescindível a uma gestão eficaz do **território**.”

– “Planeamento – conjunto de estudos que envolve o reconhecimento das necessidades e características da população e dos recursos disponíveis, tendo em vista a programação de acções de intervenção no **território**.”

O território como espaço de pertença de um grupo é apresentado nos seguintes termos, num dos manuais:

-“Portugal... um **território** – o sentido de pertença a um **território**, seja ele uma aldeia, uma cidade ou um país, faz parte da natureza humana e reflecte-se na necessidade de o conhecer e de nele intervir. A situação geográfica deste território influencia as relações que estabelece com os espaços circundantes, próximos ou longínquos, bem como as suas características naturais, podendo mesmo reflectir-se nos modos de vida da sua população. Para os portugueses, Portugal é esse espaço de pertença, esse **território** que importa conhecer, compreender e melhorar.”

Estes exemplos e os que o anexo completa permitem-nos extrair algumas ilações:

O termo território é usado num sentido muito geral de porção da superfície terrestre pouco mais do que identificada e localizada. As outras informações facultadas são sobretudo de âmbito administrativo e estatístico. Apenas um manual tenta incutir alguma profundidade ao conceito. Destas observações decorre uma apresentação geográfica de Portugal extremamente simplista, que o isola do seu contexto mundial e europeu e se baseia em dados objectivos: latitude, longitude, forma, dimensões, enumeração de divisões administrativas que são pouco apelativas para os alunos. Estes não são chamados a sentir o território onde vivem, que parece ser apenas um palco, onde nada que importe às pessoas acontece.

Para se conseguir que um espaço, neste caso Portugal, seja querido, seja amado, é necessário conhecer os seus atributos e reflectir sobre as representações que eles desencadeiam. É preciso fazer emergir os pensamentos existentes, torná-los vivos através da discussão, confrontando ideias e opiniões. Um território não é neutro, tem qualidades, tem virtudes, tem memórias que contemplam também aspectos negativos. Apresentar o território português como entidade localizada, com nome, forma, dimensões e vários tipos de divisões administrativas é empobrecedor.

A Geografia, como ciência que se ocupa do espaço terrestre e das formas de organização, de vivência desse espaço não deve ser apresentada como uma ciência

exacta, mas assumir a contingência de todas as ciências que se ocupam das sociedades humanas. A “realidade geográfica” não é um espaço neutro, indiscutível, imutável, limitado. Pelo contrário, é vivo, contraditório e, por isso, rico e surpreendente.

Estamos conscientes de que despertar o interesse pela Geografia, e nalguns casos reforçar esse gosto, é tarefa dos professores, mais do que dos manuais. Ainda assim, seria desejável que a apresentação do espaço de que se vai tratar, fosse menos neutra, desinteressante, impessoal, fazendo actual uma Geografia enumerativa que todos dizemos pertencer ao passado. Não seria mais proveitoso e interessante para os alunos, implicá-los na descoberta do espaço que vão estudar, sem o isolar do seu contexto?

## ANEXO

### Referências às palavras “território” e “territorial” (unidade, divisão, organização, configuração, desagregação, nível, base, matriz), no singular ou plural, em manuais do 10.º ano de Geografia

#### Tema 1: “A posição de Portugal na Europa e no Mundo”

##### Sub-tema: “A constituição do território nacional”

#### Manual 1

- p. 12 - “O espaço português conheceu, ao longo dos séculos, diferentes dimensões; Na época dos Descobrimentos muitas terras (...) passaram a fazer parte do Império Português; actualmente o seu **território** confina-se à Europa (...)"
- p. 12 – “O **território** está organizado administrativamente em 18 distritos continentais e duas regiões autónomas (...) divididos em concelhos.”
- p. 13 – “Existem ainda as Comissões de Coordenação Regional [que] servem de interlocutores entre as populações e o Poder Central, tendo em conta as suas carências, os seus interesses e o desenvolvimento sustentado do **território**.”
- p. 13 – “Para efeito de estatísticas o país encontra-se dividido em NUT (Nomenclatura de Unidade Territorial) (...) Repete-se “unidades territoriais”

#### Manual 2

- p. 26 – “Território – unidade espacial na qual se situam as comunidades humanas e físicas.” [definição]
- p. 26 – “O nosso **território** situa-se entre o oceano Atlântico (...) e os territórios que hoje constituem o Estado espanhol (...). Já no fim do século XII Portugal detinha uma configuração **territorial** muito semelhante à actual”
- p. 26 – “Comparado com os restantes países da Europa [Portugal] é um **território** de dimensões médias.”
- p. 27 – Região autónoma – **território** com um sistema de organização política, que possui liberdade para se governar pelas suas próprias leis, excepto em áreas como a defesa, os negócios estrangeiros ou a política monetária.” [definição]
- p. 27 – “O **território** português é ainda formado por dois arquipélagos (...)"
- p. 27 – “O **território** português é hoje formado por Portugal continental e pelos arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira.” [legenda de um mapa onde figura o Oeste da Europa, Norte de África, Açores e Madeira]
- p. 28 – “Distrito – Divisão **territorial** com fins administrativos de extensão variável, delimitada com base em diferentes critérios, consoante os estados onde é adoptada. Portugal é constituído (no seu **território** continental) por 18 distritos.” [definição]
- p. 28 – “Nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização **territorial** autárquica” [Art.º 236 da Constituição da República Portuguesa]
- p. 28 – “No seu lugar [das regiões administrativas], surgem os distritos que funcionam ainda como divisão **territorial** de nível superior (...).”
- p. 28 – “Este facto [a desigual dimensão dos distritos] cria naturalmente dificuldades ao nível da própria gestão destes **territórios**.”
- p. 28 – “Os concelho comportam 4241 freguesias, das quais 4037 no **território** continental e 204 nas regiões autónomas.”
- p. 29 – “NUT – Unidade **territorial** para fins estatísticos, de acordo com normas da União Europeia.” [definição]
- p. 29 – “Existe ainda outra forma de divisão administrativa que é constituída pelas NUT (nomenclatura das unidades **territoriais**) que pretende estabelecer três níveis de desagregação **territorial**, tendo por base, entre outras, as características físicas, históricas e funcionais do **território**.”

#### Manual 3

- p. 12 – “Território – Unidade espacial na qual se situam as comunidades humanas. Os estados são as unidades **territoriais** mais evidentes.” [definição]
- p. 12 – “Ao iniciarmos o estudo de um determinado **território** é fundamental identificá-lo e localizá-lo. Assim, a primeira etapa para conheceres o **território** nacional será identificar a sua constituição interna, ou seja, distinguir as diferentes unidades que o integram.”

- p. 12 – “Fig 1 – O **território** português” [legenda de mapa onde figura Portugal na Península Ibérica, os Açores e a Madeira]
- p. 12 – “Através da análise do mapa da figura 1 depreendes que o **território** nacional é constituído por três unidades geográficas perfeitamente diferenciadas (...)"
- p. 13 – “Distrito – divisão **territorial** para fins administrativos de extensão variável (idem, p. 28 do manual da editora Constância)
- p. 13 “NUT – Nomenclatura das unidades territoriais (...)" (idem, ibidem)
- p. 13 – “Embora, ao nível da análise territorial, estas unidades de administração [distrito, concelho, freguesia] sejam fundamentais para a gestão do **território**, estatisticamente promoveu-se a divisão do país em NUT, que distinguem três níveis de desagregação **territorial**, tendo em conta as características físicas, históricas e funcionais do contexto geográfico do país.”
- p. 14 – “Região Autónoma – **Território** com um sistema de organização política que possui liberdade para se governar pelas suas próprias leis, embora com alguma dependência do Estado soberano.” [definição]
- p. 14 – “Este constitui o nível **territorial** mais importante [refere-se às NUT II] para a análise das disparidades regionais, apesar da regionalização não ser ainda uma realidade no nosso país.”
- p. 14 – “Fig. 3 – Divisão do **território** nacional em NUT” [legenda de um mapa de Portugal, Açores e madeira, com os três níveis de NUT]
- p. 14 – “Ao nível local existe ainda a NUT III (...) imprescindíveis a uma gestão eficaz do **território**.”
- p. 15 – “Deste modo, o ordenamento do **território** deve ser entendido como uma política global que o poder central assume para organizar, de forma equilibrada, as múltiplas actividades, tendo por finalidade a melhoria do quotidiano de todos nós através da potencialização dos recursos naturais e humanos.”
- p. 15 – “Potencialização – Utilização óptima dos usos, capacidades e competências dos recursos naturais e humanos disponíveis num determinado **território**, com vista a um desenvolvimento equilibrado.” [definição]
- p. 15 – “Planeamento – conjunto de estudos que envolve o reconhecimento das necessidades e características da população e dos recursos disponíveis, tendo em vista a programação de acções de intervenção no **território**.” [definição]
- p. 16 – “PDM (Plano Director Municipal) – Documento de planeamento municipal que, com base nas relações entre as metas de desenvolvimento socioeconómico do município e o ordenamento do território local, estabelece as regras a observar na ocupação, uso e transformação desse território pelas diversas actividades humanas” [definição]

## Manual 4

- p. 12 – “O **Território** Nacional – Portugal é um país europeu, localizado no Hemisfério Norte e no extremo sudoeste da Península Ibérica .”
- p. 12 – “A organização administrativa do **território** – Portugal está dividido administrativamente em 2 regiões autónomas (Açores e Madeira) e 18 distritos.”
- p. 14 – “A divisão do território para fins estatísticos – de acordo com este sistema [Serviço de Estatística das Comunidades Europeias], o **território** nacional foi dividido em regiões para efeitos de informação estatística NUTS (...)"
- p. 14 – “A NUTS I divide o território nacional em Portugal Continental e nas 2 Regiões Autónomas (Açores e Madeira).”
- p. 14 – “A actual nomenclatura NUTS subdivide o **território** comunitário em 78 regiões de nível I, 211 de nível II e 1093 de nível III.”
- p. 15 – “A NUTS III divide o **território** português em 30 unidades correspondentes a pequenas regiões que possuam suficiente homogeneidade natural, histórica e socioeconómica.”

## Manual 5

- p. 9 – “É a localização geográfica periférica do **território** português na Península Ibérica, aliada à sua fácil acessibilidade por via marítima, que explica em grande parte o sentido da nossa história (...)" [citação de Amorim Girão]
- p. 10 – “O arquipélago dos Açores (...) localiza-se a 1.500 km a Oeste do **território** continental (...)"
- p. 10 – “Considerando a totalidade do **território** nacional, Portugal, continental e insular, estende-se ao longo de 91 631 Km2.”
- p. 12 – “Ao longo dos anos, Portugal tem passado por várias e importantes divisões **territoriais**, por exemplo para fins estatísticos.”
- p. 12 – “Com a adesão de Portugal, em 1986, à (na altura) CEE, as divisões **territoriais** passaram a ser por NUT (...)"

## Manual 6

p. 10-11 – “Portugal ... um **território** – o sentido de pertença a um **território**, seja ele uma aldeia, uma cidade ou um país, faz parte da natureza humana e reflecte-se na necessidade de o conhecer e de nele intervir. A situação geográfica deste território influencia as relações que estabelece com os espaços circundantes, próximos ou longínquos, bem como as suas características naturais, podendo mesmo reflectir-se nos modos de vida da sua população. Para os portugueses, Portugal é esse espaço de pertença, esse **território** que importa conhecer, compreender e melhorar.”

p. 11 – “Fig 1 – O **território** português” [legenda de um mapa com o Sudoeste europeu e o noroeste africano, os Açores e a Madeira]

p. 12 – “Identifique as três unidades que constituem o **território** português” [acção após observação da fig. 1]

p. 11 – “Portugal, situado no Sudoeste da Europa, ocupa com o seu **território** continental a maior parte da faixa ocidental da Península Ibérica (...) banhada pelo Atlântico. É neste oceano que, ao **território** peninsular se acrescentam os arquipélagos da Madeira e dos Açores (...).”

p. 12 – “O **território** de Portugal Continental, com (...) cerca de 97% da superfície nacional (...).”

p. 14 – “O **território** continental encontra-se dividido administrativamente em 18 distritos cuja definição já é relativamente antiga.”

p. 16 – “As NUTS constituem o instrumento comunitário para recolha, tratamento e divulgação de estatísticas, numa base **territorial** relativamente comum aos estados membros (...).”

p. 17 – “São ainda utilizadas outras divisões **territoriais** que servem de base à actuação de diferentes organismos públicos como, por exemplo, a divisão em regiões agrárias e em áreas promocionais do turismo (...).”

p. 17 – “A existência de um conjunto tão diverso de divisões **territoriais** dificulta a actuação da Administração Pública, a articulação entre os diferentes organismos e a desejável descentralização do poder. Por esse motivo está em curso uma Reforma da Organização **Territorial** da Administração do Estado, com o objectivo de promover a eficácia e a descentralização da Administração Pública, privilegiando as políticas públicas **territoriais**. A fixação de uma base **territorial** comum, através da uniformização das diferentes matrizes **territoriais** actualmente em vigor, é um dos requisitos fundamentais para atingir esse objectivo.”

## BIBLIOGRAFIA

- ALEGRIA, M. F. (2002) – Competências Geográficas. *Inforgeo*, 15, Associação Portuguesa de Geógrafos e Colibri, Lisboa: 203-206 (recensão crítica)
- BERQUE, A. (1992) – Espace, Milieu, Paysage, Environnement. In *Encyclopédie de Géographie* (dir. A. BAILLY ; R. FERRAS ; D. PUMAN), Economica : 351-369, Paris.
- DAVEAU, S. (1995) – *Portugal geográfico*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.
- JÉZÉQUEL, A. (2004) – *Memórias de Território*. Climepsi Ed., Lisboa.
- JONHSTON, R. J. (ed., 1994) – *The Dictionary of Human Geography*, 3th ed., Blackwell, Cambridge.
- LE BERRE, M. (1992) – Territoires. In *Encyclopédie de Géographie* (dir. A. BAILLY ; R. FERRAS ; D. PUMAN), Economica : 617-638, Paris.
- MÉRENNE-SCHOUMAKER, B. (2000) – Compétences 2000. Savoirs et Outils. Pour rendre intelligibles les territoires d'ici et d'ailleurs. Référentiel conceptuel pour les enseignants. *G.E.O.*, n.º 47, 24<sup>e</sup> année, Liège :1-121.
- MOLES, A. (1994) – Vers une psycho-géographie. In *Encyclopédie de Géographie* (dir. A. BAILLY ; R. FERRAS ; D. PUMAN), Economica : 177-205, Paris.
- SCHEIBLING, J. (1994) – *Qu'est-ce que la Géographie*. Hachette, Paris.
- SILVA, F. N. (1990) – Les Transformations du Territoire - Editorial du Thème. *Sociedade e Território*, N.º Especial, 5, 1990 : 71-72.

## MANUAIS ESCOLARES

- CARVALHO, A.; ARAÚJO, A. (2003) – *Portucalle. Novo Programa. Geografia A.* Ed. Asa, Porto.
- LOBATO, C. (2003) – *Geografia 10A Parte 1. Novo Programa.* Areal Ed. Porto.
- MATOS, M. J.; CASTELÃO, R. (2003) – *Espaços. Geografia A. 10.º Ano.* Ed. Constância, Porto.
- MOTA; R.; ATANÁSIO; J. (2003) – *Geo 10. Novo Programa.* Plátano Ed., Lisboa.
- RODRIGUES, A. ; BARATA, I. (2003) – *Geografia. 10º ano. Novo Programa.* Texto Ed., Lisboa.
- SILVA, L. U.; MAYA, M. J.; GABRIEL, P.; FALCÃO, T. (2003) – *Geografia 10.* Porto Editora, Porto.